



Ministério da Justiça
Secretaria de Direito Econômico
Departamento e Proteção e Defesa do Consumidor
Coordenação-Geral de Supervisão e Controle

ANTEPROJETO DE LEI SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Breve histórico da proposição normativa

- SGT13 - Sub-Grupo de Trabalho sobre Comércio Eletrônico no Mercosul
- Participação brasileira na Rede Ibero-Americana de Proteção de Dados
- Participação na 31ª Conferência Internacional de Comissários de Proteção de Dados e Privacidade
- Debate Público sobre o Anteprojeto de Lei

Funções de um marco jurídico sobre proteção de dados pessoais

- Assegurar a plena **liberdade** do indivíduo na Sociedade da Informação
- Compensar a **assimetria informacional** causada pelo intenso uso de dados pessoais
- Favorecer o **fluxo de dados pessoais** entre entidades que respeitem as garantias do cidadãos sobre seus próprios dados

Sem um marco jurídico sobre proteção de dados pessoais

- O cidadão não possui **garantias** efetivas **contra** a **utilização abusiva** de seus dados, em descompasso com o cidadão de outros países;
- Não há **normas claras** e comuns a vários setores sobre as possibilidades de utilização de dados pessoais, o que gera insegurança.

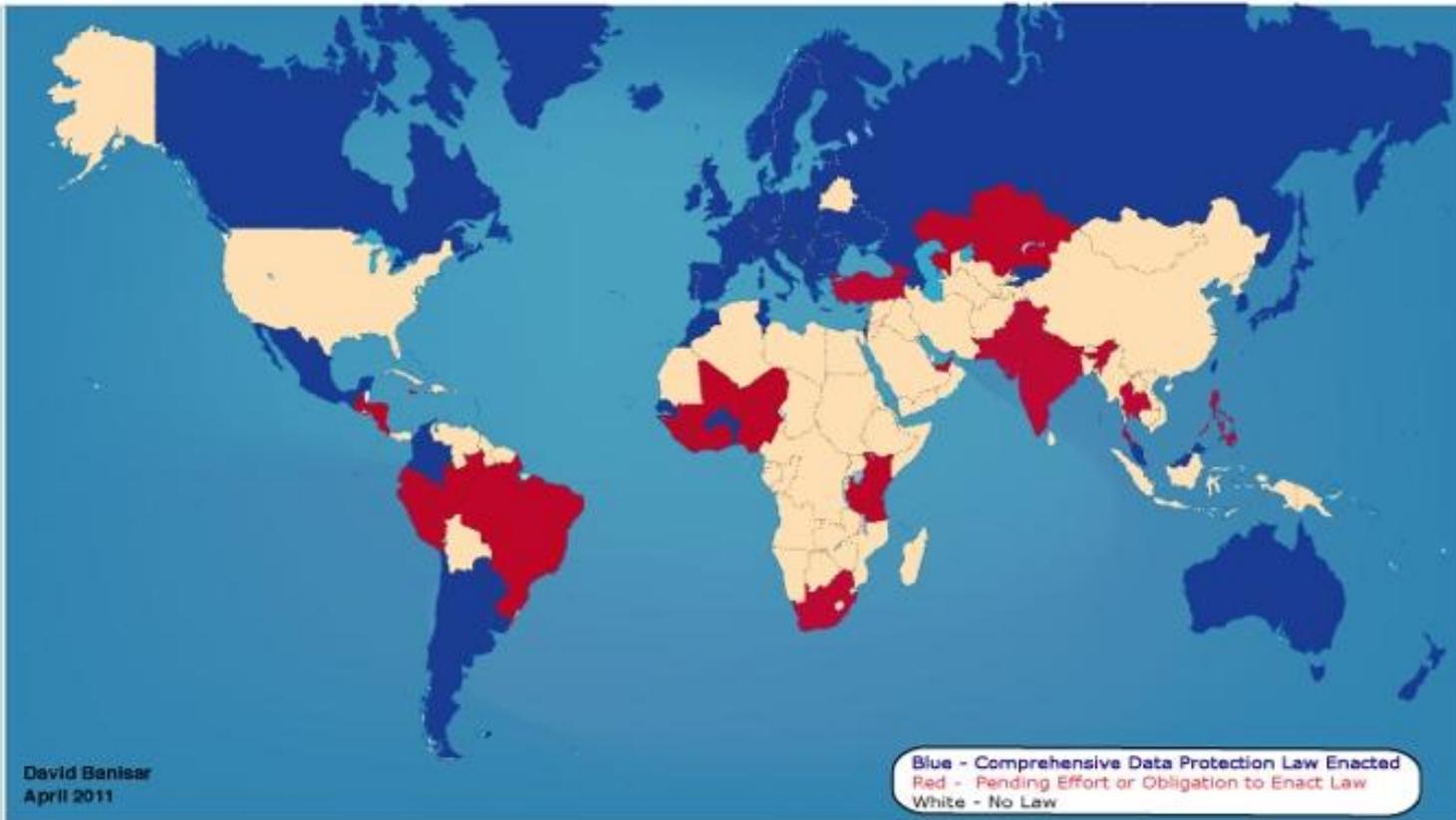
Marco regulatório da Sociedade da Informação

- **Proteção de Dados Pessoais**
- Marco Civil da Internet
- Lei de Acesso à Informação Pública
- Lei de Direito de Autor

Proteção de dados no Brasil

- Setorial;
- Não há um direito fundamental à proteção de dados;
- Não há uma autoridade administrativa especializada;
- Descompasso entre a legislação brasileira e a de outros países
- Há a necessidade de integração e administração de uma grande população em um grande território.

Data Protection Laws Around the World



Renovação dos standards de proteção de dados

- Diretivas europeias (Privacy Directive e e-Privacy Directive)
- Convenção n. 108 do Conselho da Europa
- Linhas-guia da OCDE
- Propositura de leis gerais e setoriais nos Estados Unidos

Contribuições ao Debate Público

794 contribuições no site



Departamento de Proteção e Defesa
do Consumidor
Secretaria de Direito Econômico
Ministério da Justiça

Perfil normativo do Anteprojeto de Lei

- Dupla natureza
- Unidade
- Legitimação
- Transnacionalidade
- Autoridade de garantia
- Autoregulação

Princípios de proteção de dados

- Finalidade
- Necessidade
- Proporcionalidade
- Qualidade
- Transparência
- Segurança
- Livre acesso

Temas em discussão

Consentimento

Transferência internacional

Autoridade de garantia

Data Minimization

Privacy by Design

Cloud Computing